



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Lei Nº 9926/2009

EDIÇÃO Nº 2.037 / ANO IX / 04 PÁGINAS

PONTA GROSSA, SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 22, 23 E 24 DE ABRIL DE 2017

Jornalista responsável: ANA CLÁUDIA GAMBASSI

Identificação profissional: MTB/PR 2530

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- DIVERSOS 1

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- CPS 1

DIVERSOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, através do Departamento de Patrimônio, pelo presente e com o prazo de 30 (trinta) dias a contar da terceira publicação deste,

NOTIFICA

a Sra. BRUNA DE SOUZA TRIACHINI, brasileira, solteira, auxiliar de produção, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.743.161-2/SSP-PR, expedida em 27/12/2002 e inscrita no CPF sob o nº 061.097.119-00, compromissária compradora do Lote nº 16 da Quadra nº 23, Moradias Quero Quero I, Bairro Cará Cará, neste Município, para, querendo, manifestar oposição sobre o cancelamento do Contrato de Compromisso de Compra e Venda nº 0099/2010, lavrado às fls. 193 até 196, Lo. 02, por não cumprimento das exigências legais.

Departamento de Patrimônio, 18 de abril de 2017.

JOÃO NEY MARÇAL NETO

Diretor do Departamento de Patrimônio
SMARH

CPS

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS

C.N.P.J. 07.870.661/0001-17

Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO
(Em Reais)

	2.016	2.015
CIRCULANTE	7.697.775,18	4.688.403,58
DISPONIBILIDADES	5.994,43	6.422,53
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	5.994,43	6.422,53
DIREITOS REALIZÁVEIS	7.691.780,75	4.681.981,05
Duplicatas a receber (nota 05)	5.128.803,36	4.503.635,63
PECLD (3.180.347,46)	(3.180.347,46)	(3.180.347,46)
Convênio Pref. Municipal de Ponta Grossa	5.515.706,48	3.138.892,18
Créditos com funcionários	138.235,46	131.552,37
Tributos a recuperar	85.968,37	85.968,37
Outros valores a receber	49,69	117,90
Despesas antecipadas	3.364,85	2.162,06
NÃO CIRCULANTE	3.177.487,26	1.698.670,34
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.996.826,91	1.270.481,37
Duplicatas a receber (nota 05)	2.996.826,91	1.270.481,37
IMOBILIZADO (nota 08)	180.660,35	300.751,48
DIFERIDO	-	127.437,49
TOTAL DO ATIVO	10.875.262,44	6.387.073,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Wagner Martinelli
CRC 036.365/O - PR

Eduardo Marques
Diretor Presidente

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS

C.N.P.J. 07.870.661/0001-17

Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO
(Em Reais)

	2.016	2.015
CIRCULANTE	3.903.345,35	4.274.624,74
Fornecedores	2.251.361,63	3.001.527,78
Obrigações fiscais/tributárias (nota 07)	340.862,84	190.406,02
Obrigações sociais/trabalhistas (nota 08)	593.446,29	709.051,43
Parcelamentos fiscais (nota 09)	486.459,24	182.507,88
Provisão de férias	231.215,35	191.131,63
NÃO CIRCULANTE	7.645.955,97	4.556.963,04
Contratos de obras a executar (nota 09)	5.937.481,99	3.674.394,22
Contingências trabalhistas (nota 10)	487.972,41	532.762,05
Parcelamentos fiscais	1.220.501,57	349.806,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(674.038,88)	(2.444.513,86)
Capital social (nota 11)	33.730.100,00	26.290.100,00
Reservas de capital	4.000,00	4.000,00
Prejuízos acumulados	(34.408.068,88)	(28.738.543,86)
(-) Ações em tesouraria	(70,00)	(70,00)
TOTAL DO PASSIVO	10.875.262,44	6.387.073,92

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Wagner Martinelli
CRC 036.365/O - PR

Eduardo Marques
Diretor Presidente

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS

C.N.P.J. 07.870.661/0001-17

Ponta Grossa - PR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em reais)

	01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016	01/JAN./2015 A 31/DEZ./2015
RECEITA BRUTA	4.144.823,79	6.693.477,54
Serviços executados (nota 12)	4.144.823,79	6.693.477,54
DEDUÇÃO DAS RECEITAS	(354.791,54)	(329.553,68)
RECEITA LÍQUIDA	3.790.032,25	6.363.923,86
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 13)	(6.875.105,85)	(9.917.458,59)
LUCRO BRUTO	(3.085.073,60)	(3.553.534,73)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.584.451,42)	(2.635.724,40)
Despesas gerais e administrativas (nota 14)	(2.179.243,38)	(2.640.609,65)
Despesas financeiras (nota 15)	(551.325,02)	(106.970,51)
Receitas financeiras (nota 16)	144.869,82	106.711,12
Outras receitas/despesas operacionais	1.247,16	5.144,64
RESULTADO OPERACIONAL	(5.669.525,02)	(6.189.259,13)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.669.525,02)	(6.189.259,13)
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(168,09)	(235,42)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Wagner Martinelli
CRC 036.365/O - PR

Eduardo Marques
Diretor Presidente

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS CNPJ 07.870.661/0001-17 Ponta Grossa - PR							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ PERÍODO DE 01/JAN/2015 A 31/DEZ/2016							
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITA SOCIAL			RESERVA DE CAPITAL	AÇÕES EM TESOURARIA	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A INTEGRALIZAR	INTEGRALIZADO				
SALDOS EM 01/JAN./2015	20.000.000,00	(839.900,00)	19.160.100,00	4.000,00	(100,00)	(22.618.724,71)	(3.454.724,71)
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	10.050.000,00	(10.050.000,00)	-	-	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	30,00	-	30,00
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	69.439,98	69.439,98
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	7.130.000,00	7.130.000,00	-	-	-	7.130.000,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(6.189.259,13)	(6.189.259,13)
SALDOS EM 31/DEZ./2015	30.050.000,00	(3.759.900,00)	26.290.100,00	4.000,00	(70,00)	(28.738.543,86)	(2.444.513,86)
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	6.000.000,00	(6.000.000,00)	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	-	7.440.000,00	7.440.000,00	-	-	-	7.440.000,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(5.669.525,02)	(5.669.525,02)
SALDOS EM 31/DEZ./2016	36.050.000,00	(2.319.900,00)	33.730.100,00	4.000,00	(70,00)	(34.408.068,86)	(674.038,86)

Wagner Martinelli
CRC 036.365/O - PREduardo Marques
Diretor Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS

C.N.P.J. 07.870.661/0001-17

Ponta Grossa - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Em R\$	
	PERÍODO 01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016	PERÍODO 01/JAN./2015 A 31/DEZ./2015
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(5.669.525,02)	(6.189.259,13)
. Ajuste de exercícios anteriores	-	69.439,98
. Ações em tesouraria	-	30,00
. Depreciações e amortizações	247.528,62	397.150,75
. Provisão para contingências	-	(13.590,34)
. Provisão de férias	40.083,72	(26.336,64)
Prejuízo ajustado	(5.381.912,68)	(5.762.565,38)
. Variação nas contas de duplicatas a receber	(2.465.239,80)	(4.546.287,97)
. Variação na conta PECLD	-	607.919,96
. Variação na conta créditos de funcionários	(6.683,09)	(35.137,80)
. Variação na conta de fornecedores	(750.166,15)	2.039.947,83
. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	150.456,82	116.060,65
. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	(115.605,14)	556.128,69
. Variação da conta parcelamentos fiscais	1.174.646,16	(119.350,15)
. Variação de outras contas ativas e passivas	(45.924,22)	100,90
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.440.428,10)	(7.143.183,27)
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
. Aquisição de imobilizado/intangível	-	-
. Aquisição de investimentos	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-
FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS		
. Aporte de capital social	7.440.000,00	7.130.000,00
Caixa líquido das atividades de financiamentos	7.440.000,00	7.130.000,00
AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	(428,10)	(13.183,27)
DISPONIBILIDADES:	(428,10)	(13.183,27)
No Início	6.422,53	19.605,80
No Final do Exercício	5.994,43	6.422,53

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Wagner Martinelli
CRC 036.365/O - PREduardo Marques
Diretor Presidente**COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS**

CNPJ nº 07.870.661/0001-17

Ponta Grossa - PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Pontagrossense de Serviços - CPS foi criada em 28 de dezembro de 2.005 pela Autorização Municipal nº 8.418, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável. Tem como objetivo social desenvolver, executar e/ou gerenciar ações, com vistas a atender obras e serviços públicos de:

I – Pavimentação de ruas, construção e reforma de passeios mediante:

- Programa de Pavimentação Particular;
- Planos de Pavimentação da Administração direta e indireta;
- Elaboração de projetos técnicos;
- Serviços Técnicos;

II – Iluminação pública, mediante:

- Serviços de manutenção e ampliação de redes de iluminação das vias públicas, praças e logradouros;
- Controle da eficiência energética dos próprios públicos;

III – Controle da eficiência da utilização da água e dos serviços de coleta de esgoto dos próprios

públicos;

IV – Sistema de telecomunicações, mediante controle da eficiência e uso racional da telefonia e outros serviços congêneres;

V – Manutenção de praças logradouros públicos;

VI – Serviço funerário municipal e outros serviços técnicos do Poder Executivo.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) ESTOQUE

Registra o custo aplicado em obra em andamento, o qual será levado a resultado do exercício, proporcionalmente a receita recebida.

c) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

d) DIFERIDO

Refere-se a saldo remanescente de períodos anteriores a 2008, não sendo registrados novos valores. Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas que levam em conta o período de 5 a 10 anos.

e) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

f) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

Foi constituída com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Estas provisões foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

g) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas, destacando-se a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, conforme demonstrado na nota 19.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia possui ações trabalhistas tramitando em juízo, na qualidade de requerida, cujos valores e riscos associados foram determinados mediante a análise dos processos, sendo aqueles classificados como de provável perda, foram constituídas a provisão respectiva.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Bancos conta movimento	471,12	201,21
Aplicação de liquidez imediata	5.523,31	6.221,32
Total	5.994,43	6.422,53

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

O saldo da conta Duplicatas a Receber apresenta a seguinte composição por vencimento:

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Duplicatas a receber	8.125.630,27	5.774.117,00
Curto Prazo	5.128.803,36	4.503.635,63
Longo Prazo	2.996.826,91	1.270.481,37

NOTA 6. IMOBILIZADO

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.317.751,39	1.317.751,39
Equipamentos de processamento de dados	71.773,93	71.773,93
Móveis e utensílios	24.876,90	24.876,90
Veículos	1.406.764,76	1.406.764,76
Sub-total	2.821.166,98	2.821.166,98
Depreciação acumulada	(2.640.506,63)	(2.520.415,50)
Total	180.660,35	300.751,48

NOTA 7. OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
IRRF	17.922,02	19.405,48
IRRF terceiros	654,14	-
PIS a recolher	57.393,73	30.452,35
Cofins a recolher	264.892,95	140.548,19
Total	340.862,84	190.406,02

NOTA 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS/TRABALHISTAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
INSS a recolher	366.162,55	666.070,63
FGTS a recolher	16.851,42	-
INSS terceiros	100.828,00	41.496,46
Contribuição Sindical a recolher	1.703,79	1.074,54
Outros	107.900,53	409,80
Total	593.446,29	709.051,43

NOTA 9. PARCELAMENTOS FISCAIS

	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Saldo em 2016
Parcelamento dívida fiscal – 63.956.107	87.525,24	334.664,22	422.189,46
Parcelamento dívida fiscal – 60.269.500	131.040,24	425.880,78	556.921,02
Parcelamento dívida fiscal – 62.789.239	65.705,16	240.918,92	306.624,08
Parcelamento dívida fiscal – 61.029.763-5	110.421,36	119.623,14	230.044,50
Parcelamento dívida fiscal – 61.029.140-8	91.767,24	99.414,51	191.181,75
Total	486.459,24	1.220.501,57	1.706.960,81

Obs: Valores corrigidos pela taxa "Selic" acumulada conforme tabela da Receita Federal do Brasil.

Tratam-se: (a) dos parcelamentos perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com vencimento final em 2008 e (b) do Parcelamento Especial (PAES) de débitos federais nos termos da lei 10.684/03 confirmado pela Secretária da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, tendo vencimento final em 2013.

Estão representados pelos valores originais acrescidos dos encargos cabíveis e diminuídas as parcelas quitadas, até a data do balanço, estando no passivo circulante as parcelas vincendas durante o exercício de 2007 e no exigível a longo prazo as parcelas vincendas em exercícios posteriores.

NOTA 10. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em processos de natureza trabalhista, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 36.050.000,00 (trinta e seis milhões, cinquenta mil reais), sendo subscrito e integralizado até o ano de 2016 o valor de R\$ 33.730.100,00 (trinta e três milhões, setecentos e trinta mil, cem reais) pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, sendo 33.730.100 (trinta e três milhões, setecentos e trinta mil, cem) ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 12. SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Venda de Serviço de Pavimentação	2.174.951,35	3.875.335,44
Contribuição de Melhoria	1.969.872,44	2.818.142,10
Total	4.144.823,79	6.693.477,54

NOTA 13. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Matéria Prima Direta	(1.312.917,78)	(2.000.151,58)
Convênio PMG	(506.704,49)	(803.725,45)
Despesas com Pessoal	(1.522.019,31)	(1.283.914,37)
Encargos	(451.075,13)	(382.919,92)
Despesas Gerais	(442.824,42)	(865.169,91)
Frota – Obras	(183.298,34)	(182.652,79)
Serviços Pavimentação Asfáltica	(2.456.266,38)	(4.398.924,57)
Total	6.875.105,85	(9.917.458,59)

NOTA 14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 2015	Saldo em 2015
Departamento Administrativo	(1.442.777,46)	(1.263.834,94)
Departamento Comercial	(44.933,16)	(627.965,46)
Departamento Engenharia	(413.485,20)	(319.857,60)
Ocupação	(144.574,07)	(312.565,88)
Frota – Administração	(6.036,00)	(4.745,00)
Tributos e Contribuições	-	(2.388,09)
Amortização do Diferido	(127.437,49)	(109.252,68)
Total	(2.179.243,38)	(2.640.609,65)

NOTA 15. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2016	Saldo em 2015
Juros Pagos ou Incorridos	(504.015,20)	(78.068,53)
Descontos Concedidos	(8.125,58)	(4.232,87)
Despesas Bancárias	(39.184,24)	(24.669,11)
Total	(551.325,02)	(106.970,51)

NOTA 16. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2015	Saldo em 2015
Descontos Obtidos	15.491,05	25,56
Receitas financeiras	355,05	1.406,83
Juros Recebidos ou Aferidos	129.023,72	105.278,73
Total	144.869,82	106.711,12

NOTA 17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros, sobre os itens componentes do ativo imobilizado sujeitos a riscos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

NOTA 18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia Pontagrossense de Serviços - CPS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas emitido pela YSA Auditores e Associados SS, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações contábeis em 24 de abril de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS
Ponta Grossa – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS - CPS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia apresentou um passivo a descoberto de R\$ 674.038,88, e prejuízo acumulado de R\$ 34.408.068,88. A Receita Bruta está representada por R\$ 4.144.823,79, enquanto o Custo dos Serviços Executados monta em R\$ 6.875.105,85. Desta forma, observa-se que a situação financeira e operacional da Companhia merece atenção especial, sujeitando-se a continuidade normal dos negócios às gestões que venham a ser efetuadas, no sentido de buscar mudanças no perfil do endividamento de curto prazo, bem como eliminação da manutenção de prejuízos operacionais. Esses fatores levantam dúvida substancial de que a Companhia tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da Entidade.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Levando-se em consideração que a situação financeira e operacional da Companhia mereça atenção especial, sujeitando-se a continuidade normal dos negócios às gestões que venham a ser efetuadas, no sentido de buscar mudanças no perfil do endividamento de curto prazo, bem como eliminação da manutenção de prejuízos operacionais. Esses fatores levantam dúvida substancial de que a Companhia tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da Entidade, entendemos ser este o único Principal Assunto de Auditoria, conforme já descrito no parágrafo "Incerteza Relevante Quanto à Continuidade Operacional".

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião datado de 28 de março de 2016, contendo o seguinte parágrafo de ênfase sobre a continuidade normal de suas atividades, considerando um passivo a descoberto de R\$ 2.667.417,27 e prejuízos acumulados de R\$ 28.961.447,27.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inade-

quadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 10 de abril de 2017.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS
CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES
CONTADOR CRC-PR 033.119/O-8

